

Ano XX nº 5589 – 13 junho de 2017**Banco Itaú só enrola em negociação**

Se a questão fosse a saúde financeira do banco, que lucrou R\$ 6,176 bilhões no primeiro trimestre, as soluções já teriam sido tomadas. Mas, o tema é a saúde do trabalhador que, para os banqueiros, sempre pode esperar. Na última sexta-feira (09/06), os funcionários do GT de Saúde e Condições de Trabalho esperavam respostas sobre as 12 propostas apresentadas para melhorar o Programa de Retorno ao Trabalho. Mas, ao invés disso, a direção do banco, mais uma vez, só ouviu e disse que ainda avalia o documento. Só depois os itens serão respondidos.

Entre as principais queixas sobre o tema, a persistência do assédio moral, a discriminação e até demissões dos funcionários que retornam ao emprego, sem motivo aparente. O mais absurdo é que a justificativa para os desligamentos é a baixa capacidade de desempenho dos recém reabilitados.

Vale lembrar que o Programa de Retorno ao Trabalho foi construído sem a participação dos trabalhadores, o que é condenável inclusive pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). O trabalhador tem o direito de participar das decisões.

Reunião do Comando dos Bancários

O Comando Nacional dos Bancários se reúne hoje 13/06, a partir das 15h, em Brasília. Os debates incluem o fechamento de posição sobre as cláusulas 37 (que trata sobre o monitoramento de resultados), 62 (processo de reestruturação organizacional nos bancos) e 65 (sobre o adiantamento emergencial de salário nos períodos transitórios de afastamento por doença).

A reunião é uma estratégia, para alinhar os discursos e os pontos a serem tratados na rodada de negociação com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), em 21 de junho.

Ainda pela manhã, os representantes dos bancários marcam presença no seminário e no lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos, a partir das 09h, no Senado Federal, em Brasília.

Reflexo do desemprego, desigualdade social no Brasil cresce nos últimos anos

Desde 2004, 30 milhões de pessoas saíram da miséria no Brasil. De 2001 a 2014, a desigualdade da renda domiciliar per capita vinha caindo sistematicamente, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE.

A parcela que mais contribuiu para essa queda foi o que Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denomina renda do trabalho. A desigualdade recuou porque a renda dos mais pobres cresceu mais que a dos ricos.

Entretanto, nos últimos dois anos, os índices de pobreza voltaram a subir, como resultado da recessão e redução de investimentos, que geram desemprego, segundo levantamento feito por especialistas em políticas sociais.

No trimestre encerrado em março de 2017, ainda de acordo com a Pnad Contínua, que verifica o desemprego em todas as regiões do país, a taxa de desocupação ficou em 13,6%. Em igual período de 2016, a taxa estava em 10,9%.

O desemprego fez com que a disparidade da renda domiciliar per capita registrasse o primeiro aumento (3,5%), como aponta o índice de Gini (parâmetro internacional usado para medir a desigualdade e distribuição de renda entre os países) calculado pela FGV Social. Usado para medir a desigualdade social, o indicador varia de zero a um. Quanto mais perto de zero, mais igual é a sociedade e, no sentido oposto, mostra a representação da desigualdade.

O Brasil, um dos países com maior desigualdade social, tem hoje mais de 14 milhões de desempregados e os jovens e pobres são os mais afetados. Os impactos disso, segundo estudos, são de longo prazo e afetam as contas públicas e a capacidade de crescimento.

